

Conta de exploração
Previsional e Orçamentos
Para 2016



I – INTRODUÇÃO

Na sequência do que está devidamente estipulado nos Estatutos do Centro Paroquial – Casa da Sagrada Família de Penafiel, definidas no art. 11.º. alínea b), a Direção propõe-se a apresentar ao Conselho Geral, para apreciação e aprovação em sua reunião, a Conta de Exploração Previsional e Orçamento de Investimentos para o exercício económico de 2016.

O Orçamento é um documento que descreve o plano de intenções, as principais iniciativas a implementar durante o próximo ano e será um documento com orientações estratégicas para vários domínios de atuação dentro da Instituição.

Como instrumento de gestão e peça central do modelo de planeamento, flexível e aberto, este plano de intenções pretende-se que seja o mais rigoroso possível, não sendo contudo fechado a novas situações, suscetíveis de contribuir para a promoção e desenvolvimento da nossa Instituição.

Nesta linha, as atividades a desenvolver no próximo ano, consubstanciam a vontade da Direção, em continuar a encontrar respostas inovadoras, transformadoras e eficazes face às atuais necessidades da comunidade onde está inserida, não obstante, a permanência dos efeitos das medidas de austeridade que vem sendo implementadas a partir de 2011 pelo governo, com forte impacto nos custos de exploração e em toda a estrutura económico-financeira da Instituição.

Conta de Exploração Previsional e Orçamentos – 2016

II – PLANO DE ATIVIDADES

O Plano de Atividades para 2016, opta pela manutenção em geral das habituais atividades desenvolvidas pela Instituição, que se descrevem com maior detalhe nos dois anexos a este documento.

A sua manutenção representa apenas e, tão só, o reconhecimento da importância de cada uma, e da sua necessidade para os utentes e para a Instituição.

Para além das questões de gestão corrente, de continuação da reorganização de serviços, de continuação no espírito, da conciliação entre a missão de uma IPSS, e a viabilidade económico-financeira, da função social e do seu financiamento da consciencialização interna e externa.

O ano de 2016 estará condicionado ao efeito do agravamento das medidas de austeridade já incluídas e aprovadas no OE, que irão continuar a impedir, com toda a certeza neste exercício, o início da execução de projectos tendentes ao melhoramento das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Concluídas as obras de ampliação da área da Creche no 2º. Andar (Polo da Creche) tornou possível aumentar a lotação desta valência em 35 utentes, a partir de parte do ano anterior.

Quanto obras, apenas será possível executar em 2016, pequenas obras de beneficiação e reparação que forem consideradas indispensáveis que certamente, precisará o equipamento da rua direita e também as moradias alugadas. Mesmo essas, de pequeno valor, só serão efetuadas na medida das disponibilidades financeiras.

Excluimos intencionalmente deste documento as linhas de maior ambição e procuraremos apenas empenhar-nos para que os efeitos de medidas de austeridade não nos impeçam de mantermos a qualidade dos serviços prestados até aqui.

Para além disso, continuam os documentos previsionais, a consubstanciar ainda dois princípios fundamentais, que são em si também consequências:

1. O reconhecimento de que o conjunto das atividades operacionais desenvolvidas pela Instituição, vão continuar a gerar prejuízo;
2. O reconhecimento da Direção, no contexto atual, da sua incapacidade, para inverter tal situação.

Após este tempo de análise, e conscientes de que é ainda possível melhorar o desempenho da Instituição em termos de rentabilidade, temos contudo hoje a perceção de que são necessários novos investimentos para criar uma nova dinâmica e as necessárias economias de escala, que vão gerar um melhor aproveitamento dos recursos da Instituição e possibilitar a sua rentabilização, melhorando também a qualidade da prestação de serviços.

Mantemos assim, como propósito estratégico fundamental, a criação de condições para que a Instituição tenha um futuro assegurado por uma atividade que possa tornar-se auto sustentável, com a dignidade de um passado que a todos honra.

Conta de Exploração Previsional e Orçamentos – 2016

III – ORÇAMENTO

A elaboração do Orçamento para 2016, obedece à seguinte estrutura:

1. - CUSTOS
2. - PROVEITOS
3. - INVESTIMENTOS
4. - DESINVESTIMENTOS



O presente Orçamento foi elaborado pelo recurso aos valores reais, apurados na Contabilidade Geral até 31 de outubro de 2015, sendo esses valores acrescidos dos valores que consideramos suficientes para suprir o impacto que será causado pela taxa de inflação que se espera vir a acontecer no decurso do ano e os efeitos no quadro do pessoal que possam ser exigidos pela CRSS.

É nosso entendimento que os valores calculados refletem devidamente o plano de actividades proposto, cuja quantificação de valores, expressos em euros, adiante detalhados em listas demonstrativas e quando considerados materialmente relevantes, são acompanhados por explicações de modo a tornar-se mais compreensiva a interpretação do documento.

Nos termos do DL. Nº. 36-A/2011 de 9 de Março, que aprovou o regime e normalização contabilístico para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), que integra o SNC. (SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILISTICA) a instituição aplicou as regras contabilísticas adaptáveis à nossa condição de IPSS, a partir de 1 de janeiro de 2012, cumprindo assim um imperativo da Lei.

Seguem-se diversos quadros e listas de valores em euros que se desenvolvem em cada uma das rubricas incluídas no Orçamento de Custos e proveitos bem como, um Orçamento de Investimentos para 2015, de acordo com as necessidades da Instituição, face aos critérios definidos pela Direção.

Dos custos:

Mercadorias e matérias consumidas:.....	70.000	Inclui Doação do Banco Alimentar
Fornecimentos e serviços externos.....	95.000	
Custos com o pessoal	535.000	
Gastos de amortizações e amortizações	20.000	
Outros gastos e perdas.....	2.000	

Soma dos custos..... 722.000

Prestações de serviço	250.000
Atividades.....	14.000
Comparticipação CRSS (321m€+106m) ...	427.000
Comparticipação IEFP.....	27.000
Outros rendimentos e ganhos.....	32.000
Juros e outros rendimentos.....	3.000

Soma dos proveitos 753.000

Conta de Exploração Previsional e Orçamentos – 2016

RESULTADO LIQUIDO.....31.000

Desenvolvimento do Orçamento de Custos:

As verbas inscritas nas diversas rubricas de custos do orçamento foram, como já se disse, calculadas com base no balancete de outubro de 2015, reajustadas com o aumento que admitimos suficiente para suportar os efeitos do custo da inflação e do impacto que resultará da continuidade do agravamento das medidas de austeridade anunciadas para 2016.

Custo das mercadorias e matérias consumidas - engloba o custo das mercadorias que serão consumidas na Instituição, nomeadamente: géneros alimentares, produtos hoteleiros, produtos de limpeza e outros, no montante de 70.000 €, dos quais 50.000 serão gastos em produtos alimentares e, o restante, em outros produtos e materiais de consumo corrente. Neste grupo de despesas está incluído a doação do Banco Alimentar de produtos alimentares que deverá atingir 2.200 € ano.

Fornecimento e Serviços Externos (FSE) – Os montantes previstos referem-se a serviços e bens adquiridos no exterior, os quais a instituição não pode prestar por si própria e que sejam considerados imprescindíveis para o regular funcionamento das atividades estatutárias.

Para o próximo ano estima-se um valor absoluto de 95.000 €, os quais se desdobram conforme relação abaixo:

Trabalhos especializados.....	11.000
Atividades curriculares.....	6.000
Atividades Extracurriculares.....	13.000
Obras de beneficiação.....	16.000
Combustíveis (Gás gasóleo).....	12.000
Transporte de alunos.....	14.000
Eletricidade.....	8.000
Telefones, ctt, net e etc.....	3.000
Seguros/Utentes.....	6.000
Restante rubricas.....	6.000
Soma FSE.....	95.000

Gastos com o Pessoal – Nesta rubrica estimou-se um valor de 535.000 €.

A estimativa destes gastos foi feita com o rigor necessário, uma vez que representa um peso considerável no orçamento. Refira-se no entanto, não foi possível evitar os seguintes aumentos com um impacto de cerca de **42.364 €**, pelo efeito das seguintes alterações:

- Alargamento do QP a 1 Diretor Executivo	33.640
- Admissão de 3 auxiliares de educação;	6.874
- Vencimento de 1 diuturnidade;	294
- Aumento da TSU de 21.6% para 22%;	16.000
- Progressão na Carreira de 1 Educadora.	1.540

Conta de Exploração Previsional e Orçamentos – 2016

Nesta classe de encargos apenas se engloba o montante referente a remunerações certas e adicionais dos agora 35 funcionários, uma vez que não prevemos a possibilidade de proceder a um aumento de salários em 2016. Refira-se que 27.000 € serão reembolsados pelo IEFP, ao abrigo de programas.

Segue-se uma lista discriminativo dos valores calculados:

Remunerações certas	435.174
Remunerações adicionais:.....	3.826
Sub. Coordenação.....	2.670
Abono para Falhas.....	319
Acréscimo de Funções.....	837
TSU- parte patronal	89.000
Seguros	6.500
Outros custos com o pessoal.....	500

Soma custos c/pessoal....535.000

Gastos Depreciação e Amortização – O montante calculado resulta da aplicação de taxas que se encontram regulamentadas, relativamente a todo o imobilizado em estado de vida útil, mais aquele que prevemos adquirir no decurso de 2015, conforme a seguinte lista:

Obras de manutenção e beneficiação	5.000
Edifícios e outras construções	10.000
Equipamento diverso.....	5.000

Soma Deprec. Amortiz.....20.000

Outros Gastos e Perdas - Verba que se distribui conforme lista abaixo:

Impostos, taxas e Outras	400
Quotizações (CNIS e UDIPSS).....	600

Soma O. Gastos.....1.000

Desenvolvimento do Orçamento de Proveitos:

Serviços Prestados – Nesta rubrica estimou-se o montante de mensalidade e matrículas a cobrar à totalidade dos utentes das diversas respostas sociais (Creche, Pré-Escolar e ACTL), assim distribuídos: Creche 75, Pré-Escolar 76 e ACTL 71

A decomposição da verba orçada é a seguinte:

Mensalidades e Matrículas:	
Creche.....	112.000
Pré-Escolar.....	83.000
CATL.....	50.000 .. 245.000
Atividades Curriculares.....	6.000
Atividades extracurriculares.....	13.000

Soma P. Serviço.....264.000



Conta de Exploração Previsional e Orçamentos – 2016

Comparticipações:

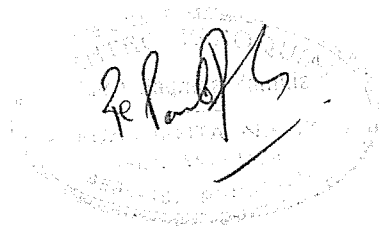
Do IGIF (Comparticipação Cf. Acordo):

Creche:.....235.000 Inclui (250.10€*35 = 105.034€)
Pré-Escolar:.....144.000
CATL:.....48.000

Soma IGIF.....427.000

Do IEFP (Programa “Estágio e Emprego”27.000

Total.....454.000



Outros Rendimentos e Ganhos – Representa os valores que serão faturado provenientes de arrendamentos de e habitações, acrescidos do coeficiente de atualização quando decretado, e do montante referente a restituição de 50% do IVA liquidado em faturas de prestações de serviços, assim distribuídos:

Restituição de IVA:.....3.000
Renda de habitações:.....29.000

Soma R/Ganhos.....32.000

Juros e outros rendimentos: Exprime os rendimentos proveniente de numerário depositado em bancos.

Juros e rendimentos similares:.....3.000

Resultado Líquido – Da soma algébrica dos Proveitos e Custos, apura-se um Resultado líquido de **31.000€**.

Orçamento de Investimentos

O orçamento de investimentos prevê o montante de 27.000 €, a utilizar apenas em equipamentos de substituição e obras consideradas indispensáveis ao normal funcionamento das valências e em obras de beneficiação e de conservação do edifício e habitações alugadas, assim distribuído:

Para Obras:

Conta de Exploração Previsional e Orçamentos – 2016

Reconversão de espaço em Casa de Banho:.....	6.000
Substituição do chão da sala de 1 ano e 4 anos.....	10.000
Para Equipamento Diverso:	
Equipamento Básico.....	2.000
Equipamento de Recreio. (Subst. Do escorrega).....	5.000
Equipamento administrativo.....	2.000
Programas informáticos.....	2.000
Soma investimento..	27.000



Orçamento de desinvestimentos

Não se prevê quaisquer desinvestimentos no exercício de 2016.

CONCLUSÃO

Num período em que a comunidade apresenta especiais necessidades, quer em variedade quer em quantidade e profundidade, devemos estar mais atentos e utilizar os nossos recursos de modo a debelar essas necessidades.

Agora mais que nunca, por via da permanência das medidas de austeridade implementada pelo Governo que, como já foi referido, foram aprovada no OE para 2016, sentimos que é nosso dever ser rigorosos nestes tempos de grandes dificuldades, e é nossa obrigação encontrar novas formas de apoio à sociedade e de minimização do sofrimento, sobretudo das classes mais desfavorecidas da nossa sociedade, sempre as mais atingidas pelos efeitos da austeridade.

Por isso mesmo, nós e todos aqueles que servem a Instituição, teremos de continuar e despende esforços adicionais, no sentido de encontrarmos as oportunidades mais adequadas para aplicarmos os nossos recursos em cumprimento e prol da solidariedade social bem expressa nos seus estatutos.

Sabemos que temos de fazer mais e melhor.

A Direção

Presidente: PE. Paulo Jorge Barbosa da Rocha

Vice-Presidente: Manuel Vieira Lopes

Tesoureira: Hermínia Fausta R. C. Mesquita